

A mídia e a produção de significados

Esther Hamburger*

COMISSÃO DE CIDADANIA E REPRODUÇÃO. *Olhar sobre a mídia*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002. 214 páginas.

Ciência e mídia se desenvolveram como arenas paralelas até que, no limiar da sociedade da informação, novos paradigmas de produção do conhecimento e de ação política passaram a questionar essa separação.

Pesquisa e divulgação têm sido consideradas etapas dissociadas da produção do conhecimento. Pesquisadores desconfiam de jornalistas e demais profissionais da mídia, pouco criteriosa na seleção de assuntos, bem como na definição de ângulos de abordagem. Por sua vez, profissionais atuantes na produção de notícias ou ficção fogem da abordagem acadêmica, tida como de baixo teor provocativo.

É perceptível, nos últimos anos, uma aproximação entre os dois campos. Há um interesse crescente dos cientistas e, em especial, das instituições financiadoras pela repercussão de pesquisas. O jornalismo especializado na divulgação científica é um campo que se valoriza para atender à dupla demanda: do público curioso por entender as novas descobertas e/ou avanços tecnológicos, e de pesquisadores e financiadores, ciosos da boa divulgação de seu trabalho. O crescimento das revistas científicas, por um lado, e o surgimento de pesquisas que analisam a cobertura de diversos órgãos da mídia sobre assuntos específicos, por outro, indicam a construção de pontes entre pontos antes pouco conectados.

Para além desse que pode ser considerado um primeiro nível de aproximação, na linha dos questionamentos teóricos no campo das ciências sociais pós-estrutu-

ralistas, jornalistas e pesquisadores estão também cientes da interferência que a divulgação mesma pode ter sobre os próprios fenômenos estudados. A confluência desses fatores realça a relevância da mídia, não simplesmente como estrutura econômica e política, mas também como produtora e difusora de determinados conteúdos. É sintomático que, dentre as diversas disciplinas científicas, o interesse por intervir na seara da formação de opinião surge inicialmente entre sociólogos e demógrafos interessados em fenômenos ligados à saúde reprodutiva.

Um olhar sobre a mídia se insere nesse panorama com pioneirismo. A coletânea traz textos que analisam diversos aspectos do banco de dados organizado pela Comissão de Cidadania e Reprodução (CCR), com notícias publicadas na imprensa escrita sobre temas como aborto, parto, mortalidade materna, doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e tecnologias reprodutivas. O banco de dados, que abarca notícias publicadas pelos quatro principais jornais do país (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo*), no período de 1996 a 2000, expressa a iniciativa de profissionais engajados em uma área intrinsecamente interdisciplinar de monitorar a cobertura jornalística sobre os assuntos que lhes interessam.

O prefácio do livro, assinado por três membros fundadores da CCR, Elza Berquó, Jacqueline Pitanguy e Sílvia Pimentel, sistematiza a história dessa organização não-governamental nascida em 1991, durante o governo Collor, em tempos de refluxo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Durante seus mais de dez anos de existência, a CCR tomou a iniciativa de realizar diversas pesquisas, amplamente divulgadas por uma série de publicações: *Cadernos CCR*, *Boletim Série Debates*, *Informativo Cidadania e Reprodução*, *Boletim Eletrônico Saúde Reprodutiva na Imprensa*, artigos na versão online do *Observatório da Imprensa*, o site www.ccr.org.br e dois livros,

* Doutora em Antropologia pela Universidade de Chicago e professora do Departamento de Cinema, Televisão e Rádio da Escola de Comunicação e Artes da USP.

dois quais *Olhar sobre a mídia*, baseado em boletim de mesmo nome, é o mais recente.

A sensibilização da mídia para os temas de interesse da organização figura entre os objetivos da CCR, e está bem contemplada nas atividades desenvolvidas por uma ONG que se propõe a estimular o debate, promovendo pesquisas e análises com o fim de subsidiar um público-alvo bem definido de formadores de opinião, especialmente ONGs especializadas, órgãos públicos e jornalistas.

O reconhecimento de que o noticiário pode contribuir ou prejudicar a consolidação dos direitos reprodutivos, e de que a atuação sobre esses direitos constitui dimensão intrínseca da atividade científica em saúde, demografia, antropologia médica, sociologia e áreas afins, levou a CCR a monitorar a cobertura jornalística dos temas sobre os quais atua e, posteriormente, a encomendar artigos analíticos a especialistas – jornalistas, médicos, psicólogos, sociólogos, com formação interdisciplinar – sobre aspectos específicos do material coletado e publicado periodicamente no boletim *Olhar sobre a Mídia*.

Uns limitados à apresentação panorâmica da cobertura, outros com uma preocupação conceitual mais ampla, o conjunto de artigos reunidos na coletânea *Olhar sobre a mídia* contribui para o mapeamento dos acertos e distorções do noticiário. O foco recai sobre o conteúdo das matérias, mas também sobre as fontes utilizadas. A comparação entre a cobertura dos diversos jornais selecionados aponta a existência de perfis editoriais específicos. Merece destaque o artigo de Maria Teresa Citelli, o último capítulo do livro, que de certa forma sintetiza o espírito do volume, alavancando a problemática tratada ao propor desdobramentos teóricos de ponta às ciências em geral, e às humanas em particular, deixando entrever concepções inovadoras sobre as relações entre ciência, política e cultura.

“Precusores ou retardatários?” é o título do primeiro capítulo, de autoria da jornalista e editora da revista *Época* Laura Greenhalgh, que editou o boletim que originou o livro. O artigo especifica o funcionamento do projeto original e oferece a

perspectiva de uma profissional engajada, com interesse particular pelo tema da saúde reprodutiva. A autora mapeia o interesse das ONGs pela mídia, encontrando um ponto de origem na expressão *media advocacy*, lançada na Conferência de Beijing. Para ela, a partir dessa reunião internacional se teria disseminado o reconhecimento do papel da mídia na difusão de informações, debate, formação e fortalecimento de opinião que, por sua vez, atua sobre direitos e hábitos reprodutivos. A mídia surge, então, como arena em que ONGs podem e devem intervir.

O depoimento de Laura Greenhalgh é interessante, também, na medida em que põe o dedo na ferida de algumas distorções da cobertura jornalística. Ela nota, por exemplo, o fascínio que a ovelha Dolly exerce sobre os jornalistas, justificando uma cobertura extensa e pouco crítica de experimentos com clonagem humana, tema, aliás, recorrente no livro, como veremos adiante. Detecta também a relativa falta de interesse da imprensa por temas relevantes como a mortalidade materna. Seu trabalho oferece um testemunho, a partir de dentro, de como o monitoramento pode auxiliar o trabalho jornalístico.

Em “Bioética e os temas de fronteira das biociências no ‘*Olhar sobre a Mídia*’”, Fátima de Oliveira, médica, integrante de diversas organizações voltadas para a defesa dos direitos da mulher, propõe-se a “realizar uma análise bioética, com perspectiva feminista e anti-racista, da função social do jornalismo”. Para isso a autora seleciona no banco de dados da CCR o material especificamente referente a temas situados na fronteira tecnológica da pesquisa, como clonagem/tecnologia genética, anomalia/medicina fetal e reprodução assistida.

Esse segundo capítulo do livro começa por definir a bioética como “um humanismo de novo tipo”, a um só tempo “movimento social e disciplina”. Em uma área especialmente sensível, em que os avanços tecnológicos questionam formas básicas de sociabilidade (merece destaque a citação de Luís Fernando Veríssimo, na página 54, sobre a obsolescência do homem diante

da perda de primazia do espermatozóide), o avanço científico é indissociável de considerações sobre suas conseqüências. No debate entre o que a autora denomina de *fundamentalistas* – que adotam posturas anticientíficas – e *bioliberais* – para os quais qualquer avanço seria válido – ela nota a possibilidade de um viés crítico, “em defesa de um desenvolvimento tecnocientífico que priorize o bem-estar e a felicidade das pessoas”.

A autora nota um descompasso no Brasil entre as duas dimensões, científica e ética, da bioética, pois enquanto “as biotecnologias de procriação nada ficam a dever ao primeiro mundo”, os aspectos bioéticos das inovações científicas não encontram o mesmo eco. Os exemplos são múltiplos e aqui o tema da clonagem ressurge. Fátima de Oliveira observa que “a clonagem caiu no gosto popular de forma leviana”. E a mídia tem seu quinhão de responsabilidade, já que “a introjeção de Dolly no universo popular foi feita de forma irresponsável”. Por fim, a autora aponta a necessidade de fomentar o debate e estimular fóruns críticos e de controle.

Em “AIDs na mídia: da ‘cura’ ao mercado”, Jane Galvão, doutora em saúde coletiva pela UERJ e profissional com larga experiência na articulação pioneira entre médicos e ONGs, privilegia as notícias referentes à doença, uma área em que o Brasil se destaca e cujo “modelo” de combate à AIDs tem merecido atenção internacional.

A autora inicialmente insere o material sistematizado no boletim *Olhar sobre a Mídia* no contexto histórico da epidemia de AIDs, surgida no início dos anos 80. O primeiro ano do boletim, 1996, coincide com uma guinada na política de saúde pública em relação à doença. A estruturação do Programa Nacional de AIDs faz com que, paulatinamente, a fonte principal do noticiário se desloque das ONGs especializadas para o governo. Acompanhando tendências internacionais, o conteúdo das notícias também se desloca da prevenção para o combate e tratamento da doença mediante medicamentos, que no Brasil são distribuídos gratuitamente. A autora nota

que a queda de braço entre o Ministério da Saúde e os laboratórios produtores dos remédios, que resultou na redução significativa dos preços dos medicamentos, mereceu bastante atenção da mídia, chegando a repercutir na imprensa estrangeira. Considerada um marco tanto na área de saúde pública, quanto em comércio internacional, a política brasileira se destaca no noticiário. Já a evolução da doença, que cresce entre segmentos pobres, jovens e femininos da população, obtém menos atenção do que mereceria.

O quarto capítulo do livro, “Quando o assunto é cultura sexual: um ‘olhar sobre a mídia’”, de Luís Felipe Rios, psicólogo com pós-graduação em antropologia e saúde pública e que atua como assessor de projetos da ABIA – Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, representa uma tentativa de articular diversos fenômenos em um quadro conceitual antropológico mais amplo. O autor utiliza o banco de dados da CCR para problematizar algo que, ao contrário do material utilizado nos artigos anteriores, não é tema explícito do noticiário. Rios defronta, aqui, com o desafio de elaborar, a partir do tratamento conferido pela imprensa aos temas selecionados, noções subjacentes à cobertura jornalística, maneiras de organizar o saber que captam e expressam “políticas que são estabelecidas quando o sexo entra na ordem dos discursos e práticas sociais”. Referindo-se a um campo conceitual específico, o autor trata de um tema mais abrangente que o noticiário propriamente dito, que denomina de “cultura sexual” à brasileira, tal como tematizada pela bibliografia, com destaque para os trabalhos de Richard Parker. Os temas aqui privilegiados, relativos ao comportamento sexual dos brasileiros, tocam em questões complexas que articulam preferências sexuais, concepções de prazer, práticas violentas, tabus, questões de saúde e direitos humanos.

O autor observa que no decorrer do tempo abarcado pelo boletim da CCR aumentou o espaço dedicado a temas relacionados à cultura sexual, especificamente, prostituição, violência/abuso sexual, homossexualidade, temas que se

alternam em proeminência. Ele nota ainda o crescimento do espaço dedicado a alguns subtemas, como aborto e assédio sexual, pedofilia, violência, abuso e mutilação. O ponto alto do texto de Rios é a identificação da diferença de tom que marca a cobertura de temas como sexualidade, casamento, traição, maternidade, paternidade, sexualidade feminina, o desencontro entre homens e mulheres, a sexualidade e o amor, diferenças etárias, e temas que de alguma forma lidam com a violência e a desigualdade sexual, dimensões que seriam intrínsecas à sexualidade brasileira e que permanecem tabu. Enquanto os primeiros são tratados em colunas, notícias e críticas culturais, os últimos permanecem na esfera policial-jurídica. Os critérios de classificação de abuso sexual (quando os envolvidos são da mesma família) ou pedofilia (quando os envolvidos não possuem relações de parentesco) indicam a dificuldade social de lidar com temas como a sexualidade infantil e o incesto. Oportuno o clamor final do autor para que os jornais se engajem no tratamento desses temas sob a perspectiva dos direitos humanos, favorecendo mudanças de atitude que contribuam para reduzir a violência e a desigualdade persistente no Brasil.

Deslocamento semelhante, das páginas policiais para outras editoriais, verifica-se no tratamento de um dos temas mais delicados em se tratando de saúde da mulher, o aborto. O capítulo 5, de autoria de Magaly Pazello e Sonia Corrêa, pesquisadora e coordenadora, respectivamente, do projeto associado IBASE-DAWN, registra essa mudança, situando-a especificamente a partir de 1997, em função, principalmente, de iniciativas parlamentares como a votação de projeto de lei referente ao assunto na Comissão de Cidadania e Justiça do Câmara (PL-20), ou o debate sobre o novo Código Penal. Iniciativas governamentais no sentido de garantir a realização de abortos no sistema público de saúde, nos poucos casos em que a legislação, reconhecida-mente ultrapassada, o permite, também estimularam o tratamento jornalístico do tema.

Segundo estudo de Danielle Ardaillon, citado por Pazello e Corrêa, 1,5 milhão de

abortos clandestinos são realizados anualmente no país. A clandestinidade constrange mulheres à ilegalidade, além de impingir más condições técnicas e higiênicas, discriminação que atinge mulheres pobres e jovens de maneira dramática. As autoras notam que embora o aborto tenha deixado de ser de interesse exclusivo das editoriais policiais, as principais fontes citadas pelos jornais pesquisados continuam a ser jurídicas e policiais. ONGs e universidades são pouco consultadas quando o assunto é aborto.

Nesse capítulo aparece pela primeira vez um tema que se repetirá no próximo e último capítulo do livro: a comparação entre a cobertura efetuada pelos diversos jornais. Com efeito, em relação ao aborto, bem como em relação à reprodução humana em geral, assunto do capítulo 6, de Maria Teresa Citelli, a *Folha de S. Paulo* se destaca pelo número de notícias e editoriais com posições liberais. As autoras terminam o artigo com um deslocamento de foco para imponderáveis internacionais que atuam sobre a discussão do aborto, especialmente a eleição de George Bush e o crescimento de um conservadorismo internacional que repercute no Brasil, especialmente quando o tema é aborto.

“A reprodução humana na pauta dos jornais brasileiros – 1996-2000”, de Maria Teresa Citeli, ressalta que o interesse de pesquisadores de temas relacionados com a reprodução humana pela mídia não é novidade. Retomando a problemática da queda da fecundidade, discutida por especialistas como Carmen Barroso e Vilmar Faria na década de 80, e por George Martine nos anos 90, a autora problematiza o papel da mídia na produção de significados. Avançando o debate, Citelli “toma a mídia como um espaço de negociação de significados”, onde os mais diversos atores sociais e políticos comparecem para defender seus interesses. Para além de instrumento de divulgação, a mídia assume, segundo a autora, “papel de agente que integra o próprio processo de produção do conhecimento (inclusive científico) e de idéias sobre o assunto”.

Citelli cita como uma experiência concreta de “intervenção” dos meios de

comunicação o caso da divulgação das condições de acesso à esterilização cirúrgica das mulheres na Grande São Paulo, tema que o monitoramento revela que vinha sendo pouco abordado pela mídia. A CCR encomendara pesquisa sobre o impacto das novas regulamentações sobre o serviço público de saúde. Os resultados da pesquisa foram enviados para os meios de comunicação, resultando no aumento da presença do assunto na mídia. A difusão de informações sobre os recursos disponíveis para esterilizações cirúrgicas em hospitais públicos representa um esforço de consolidação dos direitos reprodutivos.

Ao discutir as fontes das notícias sobre reprodução, a autora observa que elas são predominantemente científicas, e dentre as ciências, há um privilégio claro das ciências biológicas sobre as ciências humanas. Citelli atribui a discrepância entre os dois ramos do conhecimento ao esforço de divulgação que as ciências biológicas tradicionalmente realizam. Publicações estrangeiras nessas áreas possuem serviços especialmente dedicados à divulgação junto à imprensa; há estímulo à realização de cursos especializados em jornalismo científico. Esse esforço contrastaria com a “escassa tradição e experiência das humanidades no

estabelecimento desses vínculos”. A ausência do subsídio das ciências humanas repercute na cobertura, que perde a oportunidade de problematizar questões éticas, políticas e culturais que envolvem o próprio fazer científico. Estudos acadêmicos sobre a ciência questionam o que a autora denomina de “credenciais de imunidade” conferidos aos cientistas naturais pela sociedade.

Utopias contemporâneas reconhecem o papel da interlocução na criação artística e científica. Modelos de interação em rede substituem paradigmas clássicos que pensam a comunicação de acordo com o modelo emissão-mensagem-recepção. Citando Latour, a autora questiona distinções entre representação política e científica, que reproduziriam oposições entre subjetividade e objetividade. Ao caracterizar os jornais diários como veículos “não apenas da divulgação, mas da própria constituição da atividade científica, veículos de nosso entendimento do que é ciência e para que ela serve”, Citelli se permite “questionar o postulado da independência e anterioridade da produção científica em relação à atividade de comunicação ou divulgação”. E projeta sua concepção do que seja fazer ciência, política e cultura de maneira articulada.

Recebido para publicação em 19/05/2003.